



Quarta-feira, 07 de julho de 2021 às 13:44, Florianópolis - SC

PUBLICAÇÃO

**Nº 3140221: RESOLUÇÃO CIGA N.º 198, DE 07 DE  
JULHO DE 2021**

ENTIDADE

**CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal**



<https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/site/?q=id:3140221>

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal  
Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 102, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC  
<https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>

## RESOLUÇÃO CIGA N.º 198, DE 07 DE JULHO DE 2021

Dispõe sobre a suspensão, *ad referendum* da Assembleia Geral do CIGA, da revisão geral anual de salários, gratificações pelo desempenho de atividades especiais e titulação dos empregados do CIGA, concedida para o Exercício de 2021 nos termos da Resolução CIGA n.º 190, de 15 de janeiro de 2021, e dá outras providências.

Considerando a Decisão nº 417/2021 proferida pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina nos autos do Processo @CON 21/00195659, no sentido de que: "A revisão geral anual eventualmente concedida durante a vigência da Lei Complementar n. 173/2020 deverá ser tornada sem efeito a partir da publicação desta decisão, retornando a remuneração ao mesmo valor anteriormente vigente, exceto quando derivada de sentença judicial transitada em julgado ou de determinação legal anterior.";

Considerando, ainda, que na mesma Decisão nº 417/2021 ficou estabelecido que: "Valores resultantes de eventual concessão de revisão geral anual, recebidos de boa-fé por servidores públicos, não precisam ser devolvidos dada a natureza alimentar da verba. Além disso, a não devolução também encontra amparo na jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça (Tema 531 do STJ), corroborada pela Súmula n. 249 do TCU e pelo Prejulgado n. 63 deste Tribunal.";

Considerando que a Decisão nº 417/2021 foi publicada no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina nº 3.165, de 30 de junho de 2021;

Considerando que o Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina estabelece em seu art. 66, § 3º, acerca da contagem de prazos:

### Capítulo V

#### Contagem de prazos

Art. 66. Salvo disposição em contrário, os prazos previstos neste Regimento computar-se-ão excluindo o dia do começo e incluindo o do vencimento.  
(...)

§ 3º Nos demais casos, salvo disposição expressa em contrário, **os prazos somente começam a correr do primeiro dia útil após a publicação do acórdão ou da decisão** no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas.  
(grifo nosso)

Considerando a Resolução CIGA n.º 190, de 15 de janeiro de 2021, que concedeu a revisão geral anual de salários dos empregados do CIGA e das gratificações pelo desempenho de atividades especiais e por titulação;

Considerando que a Decisão nº 417/2021 proferida pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina encontra amparo nas decisões prolatadas pelo Supremo Tribunal Federal nos autos das ADI's nºs 6.450, 6.447 e 6.525;

Considerando o dever de autotutela da Administração Pública, em obediência ao princípio constitucional da legalidade (art. 37, caput da CF/88), consoante estabelecido na Súmula nº 473 do Supremo Tribunal Federal;

Considerando a competência atribuída ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina pelo art. 59 da Constituição Estadual, em sintonia com os arts. 71 e 75 da Constituição Federal, assim como o dever da Administração Pública em dar cumprimento às determinações advindas dos Tribunais de Contas no exercício da competência constitucional;

Considerando o dever da Administração Pública de primar pela segurança jurídica na aplicação das normas, consoante previsto no art. 30 do Decreto-lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942;

Considerando a Nota Técnica nº 28/2021 expedida pela Federação Catarinense de Municípios (FECAM), no sentido da necessidade de dar-se efetivo cumprimento à Decisão nº 417/2021 proferida pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina nos autos do Processo @CON 21/00195659;

Considerando o Ofício Circular DGCE/DAP/00007/2021, de 1º de julho de 2021, encaminhado pelas Diretorias Geral de Controle Externo e de Atos do Pessoal do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina - TCE/SC, com as seguintes orientações:

- (...) 2) considerando que a publicação da decisão plenária 417/2021 deu-se no dia 30 de junho, no Diário Oficial Eletrônico do TCE/SC (DOeTC n. 3165), **a revisão geral anual concedida durante a vigência da LC 173/2020 deve ser, de imediato, tornada sem efeito** pelo Prefeito Municipal, como autoridade competente, baseado nas decisões do STF e do TCE/SC, ou seja, **independentemente da prévia revogação da lei ou outro ato normativo que a concedeu, ficando suspensos os pagamentos deles decorrentes, retornando a remuneração dos servidores, a partir de 1º de julho de 2021, ao mesmo valor anteriormente vigente** (exceto quando a RGA tenha sido derivada de sentença judicial transitada em julgado ou de determinação legal anterior à LC 173/2020);
- 3) de forma complementar à orientação descrita no item 2, **devem ser adotadas as providências para a revogação da lei ou outro ato normativo que concederam a RGA no período vedado** pela norma do indigitado artigo 8º, I, da LC 173/2020, **tornando-os sem efeito a partir de 1º de julho de 2021**; (...) (grifo nosso)

Considerando que compete ao Conselho de Administração do CIGA deliberar sobre a revisão geral anual da remuneração dos empregados do CIGA, inclusive de vantagens pecuniárias (previsto no inciso XI, artigo 19 do Contrato de Consórcio);

Considerando que a aplicação da revisão geral anual está condicionada à expedição de Resolução do Presidente do CIGA (previsto no parágrafo 1º, artigo 75 do Estatuto do CIGA e no parágrafo 5º, artigo 28 do Contrato de Consórcio);

Considerando que a Assembleia Geral, instância máxima do CIGA, é um órgão colegiado composto pelos Chefes do Poder Executivo de todos os municípios consorciados e será gerida por um Conselho de Administração (previsto no caput do artigo 13 do Contrato de Consórcio); e

Considerando que é condição de validade dos atos normativos expedidos por qualquer órgão ou agente do CIGA a respectiva publicação no órgão oficial de publicação do CIGA. (artigo 37 do Estatuto do CIGA);

**O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA**, no uso de suas atribuições legais e regimentais que lhe são conferidas pelos Contrato de Consórcio Público e Estatuto do CIGA, consoante artigos 19 e 20 do Contrato de Consórcio Público e artigo 35, inciso I, do Estatuto, ambos do CIGA;

#### **RESOLVE:**

**Art. 1º** Suspender, *ad referendum* da Assembleia Geral do CIGA, a partir de 1º de julho de 2021, a revisão geral anual de salários, gratificações pelo desempenho de atividades especiais e titulação dos empregados do CIGA, concedida para o Exercício de 2021 nos termos da Resolução CIGA n.º 190, de 15 de janeiro de 2021, em obediência às decisões proferidas pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (Processo @CON 21/00195659) e pelo Supremo Tribunal Federal (ADI's nºs 6.450, 6.447 e 6.525).

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de julho de 2021, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do CIGA, como condição indispensável à sua eficácia, nos termos do artigo 51 do Contrato de Consórcio Público e do artigo 37 do Estatuto, ambos do CIGA.

Florianópolis, 07 de julho de 2021.

**SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO**

Presidente do CIGA  
Prefeito de Campos Novos (SC)